

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
REQUERIMENTO Nº , DE 2019

**(Dos Srs. Deputados PROFESSORA ROSA NEIDE e ALENCAR
SANTANA)**

Requer informações ao Ministro da
Educação sobre a possível utilização de dados
pessoais/sigilosos de estudantes na gestão do
MEC/Inep.

Senhor Presidente:

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal combinado com o § 2º, inciso V do artigo 24, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado Requerimento de Informação sobre a possível utilização de dados pessoais/sigilosos de estudantes na gestão do MEC/Inep.

JUSTIFICAÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Tem como missão subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. O Inep foi criado, por lei, no dia 13 de janeiro de 1937. Naquele período, foi nomeado para o cargo de diretor-geral do órgão o professor Lourenço Filho. Em 1952, assumiu a direção do Instituto o professor Anísio Teixeira, que passou a dar maior ênfase ao trabalho de pesquisa. É, portanto, um fundamental órgão de Estado que merece respeito e respaldo, por toda sua tradição, histórico e qualidade de seus quadros.

A preocupação que envolve a gestão no INEP só aumenta ao longo deste início de Governo Bolsonaro. Teremos o quarto presidente em cinco meses: Maria Inês Fini, Marcus Vinícius Carvalho Rodrigues, Elmer Vicenzi e, agora, Alexandre Ribeiro Pereira Lopes.

Em 14 de maio de 2019, por iniciativa dos Deputados Alencar Santana e Professora Rosa Neide, a Comissão de Educação promoveu a Audiência Pública Ordinária *"Condições para a realização do Enem 2019"*. Dias após participar da audiência pública, foi veiculado que o delegado da Polícia Federal, Elmer Vicenzi fora demitido da presidência do Inep. Ele permaneceu apenas 18 (dezoito) dias à frente de órgão responsável pelo Enem, entre outras pesquisas, estudos e avaliações educacionais. Na oportunidade, o então presidente do órgão fez algumas importantes afirmativas, que seguem.

Sobre itens da prova: *"Deixar os estudantes muito tranquilos: nenhum item foi tirado da base nacional de itens, nenhum!"*.

Sobre a Comissão para análise de itens da prova do Enem 2019: *"A Comissão, ela atuou por 10 dias. Ela não funciona mais, não tem previsão de qualquer funcionamento durante a nossa gestão. E, como eu disse, foi uma questão apenas de parecer opinativo"*.

Sobre leitura da prova pelo Presidente da República e/ou pelo Ministro da Educação: *"O presidente terá acesso às questões? O ministro terá acesso? Quem do Inep tem acesso? Não importa! Para ter acesso às questões, existe uma série de protocolos de segurança. Primeiro que a prova não sai do INEP! Assim: 'vou imprimir a prova e sair'... Não sai! 'Vou levar um pedaço'... Não sai!"*. *"Deputado, funcionário público só pode fazer aquilo que está previsto em norma, legalidade estrita. Tá fora da legalidade? Não é para fazer!"*.

Importante, portanto, entender as razões de termos mais um presidente do Inep demitido, sobretudo após uma participação pública em audiência, oportunidade em que reconheceu que os servidores do INEP são altamente qualificados, em que reconheceu a importância do trabalho com a Comunidade Acadêmica na construção dos itens, o caráter sigiloso e republicano do trabalho desenvolvido pelo Inep, entre outras dimensões.

O que tem marcado a gestão Bolsonaro, entre outras questões problemáticas e sensíveis, é justamente a troca de comando em postos estratégicos, como se observou na atabalhada gestão de Ricardo Vélez Rodríguez. O substituto, Senhor Abraham Weintraub, parece repetir a fórmula e já enfrentou uma forte mobilização nacional no último dia 15 de maio, sob liderança da CNTE e outras entidades, como a UNE, a UBES, o Proifes e a Contee.

A saída de Elmer Vicenzi envolve a suposta **tentativa de acesso a dados sigilosos de estudantes e a utilização de informações privadas** para formulação de políticas públicas. Um dos objetivos: emitir uma nova carteirinha estudantil do governo para esvaziar entidades como a UNE.

A repercussão sobre a demissão pode ser listada em matérias de diversos veículos de comunicação:

"Disputa sobre acesso a dados sigilosos de alunos pesou na demissão do presidente do Inep", disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/17/disputa-sobre-acesso-a-dados-sigilosos-de-alunos-pesou-na-demissao-do-presidente-do-inep.ghtml>. Acesso em 20 de maio de 2019.

"Presidente do Inep é demitido. Segundo o Estado apurou, Vicenzi estava em meio a uma disputa com integrantes da procuradoria, a área jurídica do órgão, e acabou demitido". Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-renata-cafardo/presidente-do-inep-e-demitido/>. Acesso em 20 de maio de 2019.

"Por trás da demissão do presidente do Inep. Estopim da crise se deu com uma carta que circulou pelo MEC, na qual o ex-presidente do órgão solicita que o sucessor retificasse suas declarações à Câmara".

"Acesso a dados sigilosos de estudantes estaria por trás de demissão no Inep. Vicenzi - que é delegado da Polícia Federal - teria negado acesso aos dados dos estudantes ao ministro Abraham Weintraub. Ele também teria sido criticado após dizer que não removeria do Enem questões tidas como "ideológicas" por Bolsonaro". Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/acesso-a-dados-sigilosos-de-estudantes-estaria-por-tras-de-demissao-no-inep-e-crime-diz-haddad/>. Acesso em 20 de maio de 2019.

É preciso entender a demissão de mais um presidente **e se, de fato, há decisão do governo no sentido de utilizar dados pessoais de estudantes para outros fins que não o de produzir e apurar indicadores educacionais**. Igualmente oportuno ratificar que os dados dos estudantes são sigilosos. Ao nosso

juízo, o MEC precisa parar com as polêmicas e de se envolver na chamada "guerra cultural" bolsonarista.

O presente pedido de informações busca esclarecer as reais motivações de mais uma demissão e, sobretudo, **qual a realidade dos fatos em relação à possível utilização de dados pessoais/sigilosos de estudantes na gestão do MEC/Inep**, que vem sendo submetido às polêmicas e à direção de profissionais que não possuem experiência no campo educacional.

Queremos uma informação categórica de que o Inep preservará sua vocação e os objetivos públicos e republicanos de suas pesquisas e estatísticas, sem jamais ferir a privacidade dos estudantes que prestaram informações relevantes, bem como sem promover ingerências indevidas sobre as avaliações.

É esse o requerimento de informações para o qual solicitamos o apoio dos nobres pares. Tendo em vista o exposto, apresentamos este requerimento de informações para deliberação do colegiado.

Sala das Comissões, em de maio de 2019.

Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE
(PT-MT)

Deputado ALENCAR SANTANA
(PT-SP)